



RESENHA / REVIEW / RESEÑA

Lucas Labigalini Fuini

Universidade Estadual Paulista, Campus de Ourinhos, Curso de Geografia
Avenida Vitalina Marcusso, 1500, Parque das Palmeiras
CEP: 19910-206 - Ourinhos, SP – Brasil
lucasfuini@yahoo.com.br

Resenha da obra:

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. SP: Hucitec, 2002.

O território como História da Geografia, ou Geografia da História?

No livro “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI”, Milton Santos e Maria Laura Silveira¹ se colocam na árdua tarefa de elaborar um compêndio a partir do seguinte desafio: “fazer falar a nação através do território”. Creio que tem sido essa a missão do já renomado geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes, do Departamento de Geografia da USP. Sua obra de 2002, “Território e história no Brasil”, faz parte de um quadro maior de contribuições do autor² que busca caracterizar uma historiografia do território brasileiro de forma dialética, colocando os fatos em evidência buscando suas contradições, em uma linha *althusseriana*³ que segue a análise das macroestruturas sociais, as formações econômico-sociais marxistas, ao lado da compreensão do Estado e seus aparelhos ideológicos.

A obra tem como eixo condutor a formação territorial brasileira e se articula, analiticamente, com outros conceitos, como: valorização do espaço, território, Estado-territorial, Estados periféricos, ideologias geográficas, fundos territoriais. Além, é claro, de noções mais gerais para se discutir o *ethos* do território, como povo, nação, fronteira e soberania, centralidades territoriais. A perspectiva territorial-geográfico, evocada desde Ratzel e sua Geografia moderna, aparece em outra obra de Moraes (1990) assim explicitada:

¹ SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. RJ/SP: Record, 2001.

² Dentre essas obras, destacam-se: “Ratzel”, coletânea de 1990; “Ideologias geográficas”, de 1988, “Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI”, de 1999, e o mais recente, “Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia”, de 2011.

³ Filósofo francês de origem argelina responsável pela elaboração de uma teoria sobre o Estado de base marxista. É um dos principais nomes do estruturalismo francês (1918-1990). Dentre uma de suas obras mais conhecidas, destaca-se: *Aparelhos Ideológicos de Estado*.

O território seria, em sua definição (*para Ratzel*), uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. (...) Dessa forma, o território é posto como um espaço que alguém possui, é a posse que lhe atribui identidade (...). O espaço vital manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade (...). A defesa do território é vista como um imperativo da história, que passa a ser delineada por uma luta pelo espaço (MORAES, 1990, p. 23)⁴.

Mas o autor vai além. Este estudo, compilação de diversos textos, busca compreender o processo histórico de apropriação do espaço produzido, que funda o território como formação, correlacionando sua materialidade, as formas e objetos (configuração territorial) com os aspectos imateriais dos discursos geográficos. O autor destaca que, no caso brasileiro, nossa ideia de território é diferente, pois como colônia que fomos, fruto da conquista territorial das metrópoles coloniais ibéricas e posteriormente das potências econômicas anglo-saxãs, nunca pudemos pensar em uma nação e um território para si. A condição de periferia nos legou a dependência, em diversos níveis, e um território apenas como projeto ideológico nacional, um discurso legitimador da dominação.

Desse modo, a “construção dos Estado periféricos se faz a partir de heranças coloniais existentes, seja no que importa aos sistemas de produção, à estrutura político-administrativa, ou mesmo à identidade vigente entre os operadores do processo” (MORAES, 2002, p. 102). Território que se configura, como unidade físico-ideológica, através de um projeto nacional voltado para o futuro, o que o autor chama de “pacto que amarrava as elites coloniais em um compromisso político comum com fundamento na reprodução do poder de mando dessas elites sobre seus espaços de dominação” (MORAES, 2002, p. 2002).

Desse pacto conservador advém as características de um país novo, com um Estado frágil se comportando como Estado patrimonial, e no plano externo, da divisão internacional do trabalho, a condição periférica na limitação quanto à emancipação política e na subalternidade na economia-mundo capitalista. Nesse aspecto, o autor dialoga com Darcy Ribeiro, que em “*O povo brasileiro*” reconhece que em face de uma aparente unidade cultural nacional, que forma o nosso povo brasileiro, não se pode se “cegar para disparidades, contradições e antagonismos que subsistem” (p. 20), pois “a unidade nacional, viabilizada pela integração econômica de

⁴ MORAES, A. C. R. *Ratzel*. Coleção ‘Grandes cientistas sociais’. SP: Ática, 1990.

sucessivos implantamentos coloniais, foi alcançada através de lutas violentas e da sabedoria política das velhas classes dirigentes brasileiras (RIBEIRO, 1995)⁵.

O livro, de um total de 198 páginas, se subdivide em 9 capítulos. O primeiro, a explorar uma história da Geografia através dos discursos geográficos, discursos que expressam as mentalidades vigentes e suas formas de pensar historicamente, um olhar geográfico que se exercita sob certas condições históricas e que busca antever a modernidade atendendo às normas e padrões hegemônicos (como nos diz Gottmann, o interesse dos Estados se expressa em suas geografias). Mas que, em nossa condição periférica, denota a “busca da legitimação pela adoção de modelos gerados noutros contextos, com o descolamento entre o mundo das ideias (discursos oficiais) e a vida prática brasileira” (MORAES, 2002, p. 41). Com a emancipação em 1822 e consolidação do Estado brasileiro, se congrega a união do discurso político com a geografia ao se adotar o território como símbolo da unidade nacional, não o povo.

No capítulo 2 cabe ao autor explicitar conceitos importantes de uma abordagem territorial pelo viés da Geografia humana, articulando seu método de análise. Inicia-se pelo tratamento da totalidade socioespacial em diálogo que busca as particularidades e mediações, passando pela referenciação à valorização do espaço como apropriação dos espaços naturais na construção dos espaços sociais ao longo da história, adicionando-se o trabalho que incorpora e cria valor (uso e troca) nessa relação. Esse raciocínio prossegue com o processo histórico de apropriação dos meios naturais, transformação desses mesmos meios e reapropriação dos meios transformados, conjunto objetivado no processo de produção do espaço. Assim, se chega à concepção de território e formação territorial, pela “valorização do espaço que pode ser apreendida como processo histórico”, pelas “construções e destruições realizadas e que fazem parte desse espaço”, “pela ação de um grupo social que ocupa e explora aquele espaço”, pelas “representações, discursos, consciências e articulações práticas”, pelos “processos econômicos e determinações políticas culturais”, e por fim, pelos “interesses e projetos sociais dos atores que emergem na cena histórica” (MORAES, 2002, p. 56-59).

Os capítulos do 3 ao 6 lidam, como uma unidade epistêmica, com a formação do Estado territorial e sua faceta colonial e periférica brasileira, sustentada em projetos nacionais dotados de ideologias geográficas. O Estado-nação, o Estado

⁵ RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. SP: Cia das Letras, 1996.

moderno, base da formação de territórios estatais-nacionais do século XIX, se reconhecem como formações históricas – como formatos de articulação dos processos sociais vinculados a intervenções humanas nos lugares, buscando seu ordenamento-, e espaços de dominação política que consagram princípios e conceitos, como, o da soberania (a indivisibilidade do poder no espaço), a soberania popular (governo deve expressar a vontade geral), a população (conjunto de habitantes de um território), o povo (população dotada de direitos de cidadania), a nação (expressão política do povo) e a pátria (expressão geográfico de um povo) . Assim, se consagra a definição de território como sendo, ao mesmo tempo, uma referência objetiva e física da construção da identidade, aglutinador de interesses em pleitos territoriais e ameaças de soberania, e como construção simbólica vinculada a um imaginário territorial. O território é, assim, uma construção e projeto militar, político, econômico, jurídico e ideológico.

Ao analisar as formações coloniais, o autor pontua a importância de se caracterizar que, nesse processo, há um centro difusor original (zonas de difusão) da expansão territorial e uma periferia a ser conquistada (região colonial), assimilada e/ou destruída, na lógica de subordinação à metrópole colonial. No entremeio desses dois polos há fronteiras de ocupação em movimento e áreas de trânsito sem ocupação perene, sem ocupação consolidada. Os territórios coloniais como empreendimentos econômicos (pois que muitas vezes a colonização foi levada a cabo por companhias privadas), interessados em fundos territoriais a serem mobilizados na lógica de retorno lucrativo do empreendimento, configuram-se como que voltados para fora, articulando os lugares de produção à drenagem do comércio internacional via portos. Surge nessa urdidura a figura dos Estados de formação colonial como fatos históricos, que assimilam como heranças as estruturas econômicas, políticas e culturais do período colonial, e mesmo depois das emancipações políticas, chamadas de “negação com assimilação”, nos deixa como rastro, no contexto periférico pós-colonial,

(...) a sobrevivência de relações muito assimétricas, herdadas da organização colonial, torna difícil falar em vontade geral nestas sociedades, onde vigoram formas de trabalho compulsório e impedimentos sociais extraeconômicos. Em tais sociedades, o povo não abarca a totalidade da população do país, pois ali vigoram regras de exclusão na distribuição dos direitos de cidadania. Enfim, a legitimação do Estado emerge como problemática nestes contextos (MORAES, 2002, p. 93).

O autor retoma o mito do bandeirante “aventureiro, corajoso e desbravador”, para dizer que a história do Brasil tem sido concebida como um espaço cuja apropriação, seu projeto nacional, legitima a ação do Estado desde o início, com a tarefa de defesa da soberania sobre fundos territoriais, tendo como meta a ocupação. A conquista territorial reforça a dialética da dependência e subordinação que se expressa na máxima: a construção de um Estado para defender seu território e não seu povo. E, após o momento histórico colonial, o Estado ainda se vê com as dificuldades de ser periférico, a questão territorial, pois que se submete ao controle dos países centrais na adaptação constante de seu território (modernizações) aos requerimentos técnicos postos pelos padrões de acumulação internacional.

As ideologias geográficas, como embasamentos discursivos dos projetos nacionais no contexto brasileiro, desde José Bonifácio e sua proposta de construção de uma nacionalidade não-escravista, repousam na ideia de se construir um país, e o próprio Estado, para dar coesão às elites e seus pleitos. E nesse propósito, caminhar para implantar uma organização espacial que refletisse duas aspirações e projetos: de se criar uma civilização e se postular a modernização. Assim perpassam gestões coloniais, a monarquia, a república, o Estado novo, o Plano de metas e o governo militar autoritário, cada qual com uma perspectiva sobre a ocupação e a (re)organização do território (instalação e disposição/remodelagem de objetos técnicos), e o que se fazer com seus recursos naturais (fundos territoriais) e seu povo (abandono, violência, tutela ou integração).

O discurso geográfico moderno associado ao Estado e os esforços de centralização político também se manifestam no Brasil, tendo como marco a fundação do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), em 1838, quando a monarquia postulava criar um centro da “Ilustração nos trópicos”, e indo além, se reflete em diversos outros escritos literários, políticos, militares e histórico-geográficos. A ampla base de referenciais bibliográficos do autor subsidia esse diálogo com o abstrato-factual. Desse modo, o autor lembra da eficácia do aparelho escolar para divulgar uma visão da geografia com base nos princípios de soberania e indivisibilidade do poder do Estado e dos indivíduos como membros de uma comunidade imaginada de interesses. A Geografia escolar utilizada para justificar e legitimar uma certa “naturalização” do território em encontro ao discurso de ordem social. No diálogo das principais correntes geográficas com o contexto histórico brasileiro, busca-se o sentido político e social do conhecimento geográfico, que não deve se apegar apenas às

materialidades e concretudes, face o projeto de busca de construir por aqui uma ordem capitalista de base nacional, onde se tem como herança a ordem política de estilo oligárquico.

Nos capítulos finais, manifesta-se uma abordagem mais contemporânea, ainda que contemplada pelo substrato da formação territorial, e se explora crítica de dois temas muito caros ao debate atual: a questão ambiental (e sua interface das políticas públicas) e a globalização. Nesse esforço de geografizar os processos históricos, o autor nos lega duas conclusões: 1) “Num país construído na apropriação de espaços, a ideia de natureza como valor em si tem dificuldade de se enraizar nas práticas sociais”. Expõe a dialética entre padrão colonial de ocupação (exploração) x momento atual (valorização), em relação aos fundos territoriais (patrimônio natural); 2) “O novo momento do capitalismo (modernidade globalizadora), ancorado num imenso desenvolvimento tecnológico, não anulou a existência do centro e da periferia” e nem a persistência de estruturas estatal-nacionais para manter a ordem política vigente e a presença de classes sociais antagônicas. Ainda que se necessite de reajustes nas formas de tratamento teórico, dentre as quais a própria dialética, a condição periférica permanece como mediação básica para compreender “nosso lugar no mundo” (MORAES, 2002, p. 194, 195-198).

A grande questão que a obra nos lega é a de pensar o Brasil como uma construção, e os aportes conceituais e teóricos de matiz histórico-geográfica nos faz ver essa processualidade de maneira mais evidente, mesmo âmbito de preocupação de grandes leitores da história econômica espreada em território brasileiro: Caio Prado Jr. e Celso Furtado. O primeiro, nos lembra da visão que acompanhava a marcha de ocupação do espaço, depois transformado em território colonial e território estatal-político brasileiro:

(...)territórios que só esperavam a iniciativa e o esforço do homem. É isto que estimulará a ocupação dos trópicos americanos. Mas trazendo este agudo interesse, o colono europeu não traria com ele a disposição de pôr-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto, como trabalhador. Outros trabalhariam para ele (PRADO JR, 1986, p. 5⁶)

⁶ PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. 26^a. Ed. SP: Brasiliense, 1986.

O segundo, na cunha da economia política (ainda que ambos embasados em leituras historiográficas da implantação do modo de produção capitalista no Brasil, como formação territorial), nos lembra da oportunidade econômica que a ocupação das imensas terras do Brasil dava à coroa portuguesa, com esperanças de também encontrar recursos metálicos de monta, e que fez da ocupação um projeto estatal de construção de um território como unidade política, que viabilizasse a empresa colonial, e não unidade cultural, que viabilizasse a formação de uma nação (FURTADO, 2005⁷). Posteriores processos e projetos ainda se fizeram acompanhados das heranças desse período, não só materiais, como também imateriais (dos interesses, das elites, do patrimonialismo estatal-territorial).

Esta obra "*Território e história no Brasil*" nos faz lembrar, sempre, da importância do recorte histórico-temporal nas análises geográficas, e sobretudo naquelas que se alicerçam no território para a abordagem de processos e fatos sociais. Ainda que não se aprofunde sobre as territorialidades dos diversos grupos sociais que fizeram do Brasil um mosaico multicolor, e se detenha em uma visão de cultura como discurso da/e sobre a materialidade do território (nega ou evita o valor das individualidades e subjetividades), eis uma obra cujo valor se reconhece pela profundidade analítica e não pelo número de páginas, e que nos faz lembrar, assim como citou Saquet (2013)⁸, que o território não é um asno (MAGNAGHI, 2000⁹, p. 50), pois é consubstanciado pelos sujeitos, grupos e classes sociais vivendo, historicamente, em interações, conflitos e disputas. Assim se fez o território brasileiro, enquanto formação histórica e econômico-social, e assim continuará a se fazer, nos lembra A.C.R Moraes, dadas as suas potencialidades (fundos territoriais, da diversidade de seu povo) e limitações como formação colonial-periférica. Mas isso não é destino, como em um determinismo histórico-social que nos legará *ad eternum* à pobreza e ao atraso, mas um desafio que infelizmente ainda não superamos, o das desigualdades como retrato no/do território.

Recebido em: 06/02/2015

Aprovado para publicação em: 31/07/2015

⁷ FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 32ª. Ed. SP: Cia. Editora Nacional, 2005.

⁸ SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. In: SAQUET, M. A. *Estudos territoriais na ciência geográfica*. SP: Outras expressões, 2013.

⁹ MAGNAGHI, A. *Il projeto locale*. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.